

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

Dr. João de Araújo

Correia

PESO DA RÉGUA

2016
2017

Área Territorial de Inspeção
do Norte

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Peso da Régua				•	•
Escola Básica de Peso da Régua			•	•	
Centro Escolar das Alagoas	•	•			
Centro Escolar da Alameda	•	•			
Jardim de Infância de Galafura	•				
Jardim de Infância de Loureiro	•				

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia – Peso da Régua, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 09 e 12 de janeiro de 2017. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica de Peso da Régua e os centros escolares das Alagoas e da Alameda.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2016-2017** está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia, criado no ano letivo de 2009-2010, situa-se no concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real e resulta da agregação da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia com o Agrupamento de Escolas de Peso da Régua, avaliado no primeiro ciclo de avaliação externa das escolas em 2009, enquanto a escola secundária não foi avaliada. É constituído pela escola-sede, por uma escola básica, dois centros escolares e dois jardins de infância e integra o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), tendo, em 2013, celebrado com o Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um contrato de autonomia.

Em 2016-2017, o Agrupamento é frequentado por 1922 crianças e alunos: 122 na educação pré-escolar (seis grupos); 529 no 1.º ciclo do ensino básico (29 turmas); 285 no 2.º ciclo (15 turmas), 384 no 3.º ciclo (19 turmas), 38 nos cursos de educação e formação (duas turmas, 36 nos cursos vocacionais do ensino básico (duas turmas), 395 nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (16 turmas), 116 nos cursos profissionais (cinco turmas) e 17 no curso vocacional do ensino secundário (uma turma).

Da totalidade dos alunos, apenas 1,6% são de nacionalidade estrangeira, provenientes de cinco países diferentes, tendo maior expressão os de origem francesa e belga. Em relação à ação social escolar, 66% não beneficiam de auxílios económicos. No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 56,8% dos alunos no ensino básico e 90,7% no ensino secundário possuem computador com ligação à internet.

O serviço educativo é assegurado por 219 docentes, dos quais 86,3% pertencem aos quadros e 93,2% lecionam há 10 ou mais anos, o que evidencia uma significativa estabilidade e experiência profissional. O pessoal não docente totaliza 85 trabalhadores, dos quais 96,4% têm 10 ou mais anos de serviço.

Os dados relativos às habilitações académicas dos pais e das mães dos alunos do ensino básico demonstram que 14% têm formação superior e 22% o ensino secundário, percentagens que descem para 13% e 19%, respetivamente, no que concerne aos do ensino secundário. Quanto à sua ocupação profissional, 18,6% no ensino básico e 27,2% no secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativamente ao ano letivo de 2014-2015, o Agrupamento, quando comparado com as outras escolas públicas, apresenta variáveis de contexto bastante desfavoráveis, embora não seja dos mais desfavorecidos. Salientam-se, em particular, a percentagem de alunos dos 9.º e 12.º anos de escolaridade que não beneficiam dos auxílios económicos da ação social escolar e a média do número de anos de habilitação das mães e dos pais.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Na educação pré-escolar é efetuada uma avaliação sistemática dos progressos das crianças, sustentada na recolha de informação compilada no portefólio individual de cada criança e fornecida aos pais e encarregados de educação no final de cada período letivo, o que permite ajustar o planeamento às necessidades diagnosticadas, no sentido da promoção de aprendizagens diferenciadas e significativas.

Tendo em consideração os modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo, em 2014-2015, constata-se que a taxa de conclusão do 4.º ano de escolaridade se situa acima dos valores esperados e revela uma melhoria em relação aos dois anos letivos anteriores (2012-2013 e 2013-2014), em que aquelas taxas se tinham posicionado aquém do esperado. Pelo contrário, as percentagens de positivas nas provas de avaliação externa de português e de matemática do 4.º ano estão aquém dos valores esperados no triénio em análise, evidenciando uma tendência de agravamento sobretudo na disciplina de português.

No 6.º ano, a taxa de conclusão e a percentagem de positivas a português e matemática situam-se acima do valor esperado evidenciando uma melhoria no triénio em análise. Por sua vez, no 9.º ano, as percentagens de positivas nas provas finais de matemática situam-se acima do valor esperado, desde o ano letivo de 2012-2013. Todavia, a taxa de conclusão e as percentagens de positivas nas provas finais de português permanecem aquém do esperado ao longo do triénio.

Em 2014-2015, no 12.º ano, a taxa de conclusão e as médias das classificações obtidos no exame nacional de português situam-se acima dos esperados. Já as médias das classificações do exame nacional de matemática A estão aquém daquele indicador, evidenciando, no triénio analisado, valores preocupantes. Já na disciplina de história A, os resultados estão em linha com o valor esperado em 2014-2015, o que mostra uma melhoria em relação aos registados nos anos precedentes.

Em síntese, os resultados académicos posicionam-se, genericamente, em linha com o valor esperado. Ainda assim, os indicadores analisados evidenciam a necessidade de maior investimento na melhoria dos resultados escolares dos alunos, designadamente em português e matemática no 4.º ano, em português no 9.º ano e em matemática A no ensino secundário.

No presente ano letivo, os cursos profissionais são frequentados por 22,7% dos alunos do ensino secundário. Tendo em consideração os dados disponibilizados pelo Agrupamento, as taxas de conclusão do curso de Técnico de Multimédia, nos ciclos de formação de 2011-2012 a 2013-2014, 2012-13 a 2014-2015 e 2013-2014 a 2015-2016, são de 56,5%, 72% e 62,5%, respetivamente. Os cursos de técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade, de Informática e Gestão, de Turismo Ambiental e Rural, de Turismo, todos com um ciclo de formação, apresentam taxas de conclusão de 42%, 84,2%, 25% e 29,4%, respetivamente.

A desistência é a principal causa de não conclusão dos cursos, justificada pelos responsáveis pelo facto de os alunos se inscreverem nestes cursos por se encontrarem abrangidos pela escolaridade obrigatória, que abandonam logo após completarem os 18 anos de idade. Face à descontinuidade da oferta de cursos profissionais, assim como das taxas de desistência e de certas taxas de conclusão com valores percentuais negativos, impõe-se uma análise criteriosa do insucesso nas várias componentes de formação para reformulação de práticas de modo a garantir a melhoria das aprendizagens e da formação profissional.

A análise dos resultados internos e externos é efetuada com regularidade pelos órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, em função das metas estabelecidas no programa TEIP, permitindo, fundamentalmente, conhecer a evolução do (in)sucesso e identificar as disciplinas, por ano de escolaridade, onde os alunos revelam maiores dificuldades. A partir desta observação e reflexão, e no

sentido da melhoria dos resultados escolares, em particular nas disciplinas de português e de matemática, têm sido implementadas algumas medidas de promoção do sucesso escolar. De todo o modo, as razões aduzidas que justificam o insucesso são, essencialmente, de natureza externa, relacionadas com o contexto socioeconómico, pelo que se torna necessário aprofundar essa reflexão, no sentido da identificação de questões de ordem interna para definição de estratégias de superação.

As taxas de abandono escolar apresentam um ligeiro acréscimo no último triénio, situando-se em 1,7% no ano letivo de 2015-2016, sendo que esta problemática tem uma maior incidência no 2.º ciclo.

No que se refere à desistência, regista-se pouca oscilação no último triénio, assumindo maior relevância nos cursos profissionais.

RESULTADOS SOCIAIS

As crianças e os alunos participam ativamente nas atividades propostas que vão desde a colaboração nas tarefas de rotina diária na educação pré-escolar até ao envolvimento em projetos de formação pessoal e social (ações de voluntariado, seminários, encontros nacionais e internacionais, palestras, concursos e exposições). Todavia, não são significativas as atividades desenvolvidas por iniciativa dos alunos, quer individualmente, quer através dos seus representantes, incluindo a associação de estudantes, nem se vislumbra que exista corresponsabilização nas decisões que lhes dizem respeito.

O ambiente educativo é propício ao ensino e à aprendizagem, embora, pontualmente, se verifiquem alguns episódios de indisciplina que se procuram resolver atempadamente. Como este fator é considerado determinante do sucesso, foi criado o *Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família* (GAAF) que também integra o *Gabinete de Mediação de Conflitos* e o apoio tutorial. A atividade deste gabinete, conjugada com a ação dos diretores de turma e o envolvimento dos pais e encarregados de educação, tem possibilitado a redução consistente da indisciplina, o que se sublinha. Assim, as taxas de ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias foram de 1,5%, em 2013-2014, 0,7%, em 2014-2015 e 0,6%, em 2015-2016.

No âmbito da educação para a cidadania, são desenvolvidas iniciativas que promovem a solidariedade e os hábitos saudáveis, destacando-se as campanhas *Dar e Receber*, integrada no projeto *Avatar 4ever*, e *Papel por Alimentos*, o projeto *Eco-Escolas*, a *Semana da Internet Segura* e as semanas *da Saúde e da Alimentação*. Verifica-se uma aposta na educação para a saúde, com diversas ações que envolvem outros parceiros, nomeadamente a Unidade de Cuidados na Comunidade, embora seja necessário monitorizar o desenvolvimento e os resultados de cada uma, em particular do *Gabinete de Informação ao Aluno* (GIA).

Salienta-se ainda que, através dos projetos Parlamento dos Jovens, Trapos e Tintas, Avatar 4ever, Erasmus+, do Desporto Escolar, dos clubes de *Jornalismo* e de *Música*, do grupo de precursão *Filoxera* e das atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo, são proporcionadas aos alunos oportunidades para a sua formação integral e para o exercício de uma cidadania ativa.

O Agrupamento não implementou mecanismos de acompanhamento do percurso académico e/ou profissional dos alunos após a conclusão dos seus estudos, revelando-se necessário a sua criação de modo a permitir (re)orientar e (re)formular a oferta formativa.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O nível de satisfação da comunidade educativa sobre o serviço prestado pelo Agrupamento, conhecido através de questionários aplicados no âmbito do presente processo de avaliação externa, é genericamente satisfatório. Os aspetos que mereceram uma percentagem de concordância mais elevada por parte dos docentes são a exigência do ensino e a abertura da escola ao exterior. Já as situações relativas ao comportamento dos alunos são assinaladas como os aspetos menos conseguidos pelos

docentes, opinião partilhada também pelos trabalhadores não docentes. A qualidade das instalações e do ensino colhem a maior concordância dos trabalhadores não docentes. Os alunos, apesar de manifestarem uma satisfação generalizada sobre as questões relativas ao ensino, revelam-se muito críticos quanto ao serviço do refeitório, à utilização do computador na sala de aula e à participação em projetos e clubes. Os pais e encarregados de educação demonstram satisfação com o trabalho dos diretores de turma e a qualidade de ensino e das instalações e relevam como aspetos menos conseguidos os serviço de refeitório e a forma como os são resolvidos os problemas de indisciplina.

Os departamentos curriculares e os responsáveis pelos projetos desenvolvem um conjunto de atividades que valorizam o empenho e o sucesso dos alunos, impulsionando a sua participação em diversos concursos nacionais e internacionais, nomeadamente o Concurso Nacional de Leitura, o *Podcast* e o *Concurso Literário*, *Quem Quer Ser Matemático*, *Matemática Para Todos*, *SuperTmatik*, Olimpíadas Portuguesas de Matemática e *Desafios Matemáticos*, o concurso *Carta a Los Reyes Magos* e as Olimpíadas Nacionais da Biologia. Ainda como forma de premiar a excelência, na festa de final de ano letivo, é atribuído um prémio monetário ao melhor aluno dos 9.º e 12.º anos, participado pela Câmara Municipal de Peso da Régua.

O Agrupamento mantém uma relação muito próxima com diversas entidades locais, com quem partilha recursos, realizando projetos com a câmara municipal, o Museu do Douro e a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes para o desenvolvimento da componente local do currículo.

A comunidade local reconhece e valoriza os processos de inclusão desenvolvidos, em particular os relativos aos alunos oriundos de meios socioeconómicos mais desfavorecidos. O envolvimento nos projetos e concursos nacionais e internacionais, potenciado pelos bons desempenhos, como é o caso do prémio recebido com o projeto *Oxigénio*, no âmbito do concurso *Green Project Awards* Portugal, reforça a sua dimensão formativa e a criação de um ambiente que estimula o conhecimento e a dimensão cultural individual e institucional.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Em resultado de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), foram hierarquizadas as prioridades de intervenção que, subsidiariamente ao projeto educativo, orientam também os planos plurianuais de melhoria e as iniciativas do plano de atividades. Contudo, apesar de todo o empenho investido na caracterização das debilidades do Agrupamento, visível nos documentos produzidos, afigura-se como necessária uma identificação mais criteriosa dos problemas existentes, para que as metas propostas se constituam como referenciais no planeamento da ação educativa e na orientação do trabalho dos docentes.

A gestão do currículo assenta essencialmente nas opções emanadas dos departamentos curriculares e dos grupos de recrutamento e contempla, entre outros aspetos, as planificações, as iniciativas inscritas no plano de atividades e os projetos de apoio ao desenvolvimento das aprendizagens. A articulação vertical curricular está presente em situações pontuais que decorrem de iniciativas da biblioteca, de projetos comuns a diferentes ciclos (por ex., *Leitura com Ciências*, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo), de disciplinas afins (português dos 2.º e 3.º ciclos) e nas ações de melhoria do projeto TEIP (*Operação*

Línguas e Operação Matemática), não se verificando que seja objeto de um planeamento consistente e generalizado.

Os projetos curriculares de grupos e os planos de trabalho das turmas contemplam informações sobre o percurso educativo e escolar das crianças e dos alunos, identificam as situações problemáticas e integram medidas de promoção do sucesso educativo e de atuação comum. Contudo, a forma pouco abrangente como se propõem desenvolver o currículo, face às especificidades dos grupos e das turmas, sobretudo no ensino básico, limita o papel desses documentos na identificação de conteúdos programáticos comuns às diferentes disciplinas e na organização e planeamento do trabalho dos docentes.

As especificidades do meio local, com destaque para o património natural e cultural da região do Douro, são incorporadas no currículo através de conteúdos desenvolvidos com os grupos e as turmas, quer em sala de aula, quer em iniciativas da biblioteca e do plano de atividades, com reflexo na promoção da qualidade educativa e na sustentabilidade social e ambiental.

Destacam-se, a título de exemplo, os trabalhos realizados sobre o patrono do Agrupamento, médico e escritor João de Araújo Correia, as iniciativas em parceria com o Museu do Douro e as visitas de estudo.

A coerência entre o ensino e a avaliação é promovida através da aplicação de diferentes instrumentos e critérios de avaliação, do conhecimento dos alunos e encarregados de educação. Porém, não se verifica uma articulação entre as diferentes modalidades de avaliação, não cumprindo a avaliação formativa a sua função de regulação do ensino e das aprendizagens.

O trabalho colaborativo abrange o planeamento, a produção e seleção de materiais e recursos didático-pedagógicos e a elaboração de instrumentos de avaliação comuns. A partilha de práticas científico-pedagógicas ainda não é vista, na generalidade, como uma mais-valia para o desenvolvimento profissional, sendo identificada como uma área de melhoria. Nesse sentido, está em curso uma experiência-piloto que envolve os docentes de português dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, os quais, usando o tempo semanal de trabalho comum, identificam problemas e partilham experiências, assistindo a aulas dos seus pares, no âmbito do projeto *intervisitação*.

PRÁTICAS DE ENSINO

Com o objetivo de adequar as atividades educativas e de ensino às capacidades e ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos, em particular dos que revelam dificuldades de aprendizagem e de integração e uma atitude pouco positiva em relação à escola, estão em curso medidas de diferenciação e apoio em todos níveis de educação e ensino, previstas no âmbito do programa TEIP, e operacionalizadas através dos planos plurianuais de melhoria. Destacam-se, entre estas, a recente aposta em medidas preventivas direcionadas para os anos iniciais de ciclo, a coadjuvação em sala de aula no 1.º ciclo, o apoio tutorial específico nos 2.º e 3.º ciclos e a formação de grupos de homogeneidade relativa a português e a matemática nos 1.º e 2.º ciclos.

A adoção destas medidas tem-se revelado positiva, especialmente quando se trata de prevenir situações de insucesso reiterado, de exclusão e de abandono escolar e outras dificuldades específicas e bem identificadas. Contudo, as práticas pedagógicas em sala de aula, maioritariamente assentes em metodologias de transmissão e aplicação do conhecimento, revelam a necessidade de uma maior diferenciação de propostas de trabalho e tarefas, que responda à especificidade das crianças e dos alunos, às suas capacidades e ritmos de aprendizagem e à duração dos tempos letivos.

Nos cursos profissionais são desenvolvidos alguns projetos e atividades por iniciativa do Agrupamento e/ou por solicitação de entidades parceiras, mas não existe articulação e gestão modular na aplicação do currículo, de forma flexível, ao longo do ciclo de formação.

Para os alunos com necessidades educativas especiais, há um conjunto de respostas que se revelam ajustadas às problemáticas identificadas com destaque para o trabalho realizado com os alunos surdos, do qual resultam ganhos assinaláveis na sua inclusão e sucesso educativo, fruto duma ação concertada das diferentes equipas, docentes e técnicos intervenientes no processo.

O Agrupamento dispõe de excelentes recursos materiais e didáticos para o exercício da ação educativa que merecem ser, mais e melhor, rentabilizados na promoção de práticas inovadoras e metodologias ativas de abordagem dos conteúdos programáticos. As bibliotecas dispõem de planos de ação abrangentes em diferentes dimensões da leitura e das literacias, constituindo um importante suporte à melhoria das aprendizagens e à operacionalização do currículo das várias disciplinas em todos os níveis de educação e ensino.

Para a promoção das atividades experimentais, foram afetadas aos horários dos docentes do 2.º ciclo horas para trabalho colaborativo na educação pré-escolar e coadjuvação no 1.º ciclo, rentabilizando também os equipamentos e materiais existentes nos centros escolares. Todavia, a valorização desta vertente do currículo pelos docentes dos diferentes grupos, turmas e disciplinas não está ainda generalizada.

Relativamente à dimensão artística, é de salientar a oferta educativa disponibilizada, nomeadamente os cursos científico-humanístico de Artes Visuais e profissional de Multimédia, nas diversas atividades de leitura e escrita e no envolvimento dos alunos nos diferentes projetos e clubes. Todavia, denotam-se assimetrias na forma como esta dimensão é valorizada, pelos diferentes profissionais, o que exige uma redefinição estratégica que garanta a sua essencialidade e exequibilidade.

O acompanhamento e a supervisão da prática letiva baseiam-se, fundamentalmente, na análise periódica dos resultados alcançados. A observação partilhada da prática letiva em sala de atividades/aula, como forma de desenvolvimento profissional, apesar de algumas experiências pontuais nesse sentido (de que é exemplo a partilha de boas práticas entre os docentes de português), não se encontra ainda implementada.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O percurso escolar dos alunos é acompanhado de forma regular pelas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e analisado nos diferentes órgãos. A monitorização dos resultados tem como referência as metas definidas, os resultados nacionais e os internos obtidos nos anos anteriores.

Da reflexão efetuada resultam ações de melhoria que colocam o enfoque em anos ou áreas específicas onde são identificadas maiores dificuldades. Nesse sentido, e dando como exemplo a discrepância que se verificava entre as classificações internas e externas, foram revistos os critérios de avaliação e implementadas ações de melhoria nas disciplinas sujeitas a exame nacional. No 1.º ciclo, foi valorizado o estudo do meio e foram afetados docentes aos anos iniciais de ciclo para apoiar, de forma preventiva, os alunos com dificuldades. Com o objetivo de harmonizar os processos de avaliação interna, foi também decidido realizar provas de aferição interna, a diversas disciplinas, em todos os anos de escolaridade, com exceção dos 2.º e 12.º anos.

Os critérios de avaliação são aprovados em conselho pedagógico e preveem a diversificação de modalidades e instrumentos de avaliação específicos de cada disciplina. Os domínios a avaliar, os respetivos parâmetros e os pesos percentuais são analisados com os alunos e dados a conhecer aos encarregados de educação. A realização de testes comuns, por ano de escolaridade, em algumas disciplinas, e a entrega aos alunos da matriz dos testes são uma prática consolidada.

No ensino profissional, as medidas educativas destinadas aos alunos/formandos com dificuldades de aprendizagem são desenvolvidas em sala de aula, pelo docente da disciplina, havendo a possibilidade de

cada aluno/formando poder inscrever-se numa nova prova para avaliação dos módulos em atraso. Todavia, as estratégias adotadas não se mostram ajustadas às suas necessidades, atendendo ao número, ainda significativo, de desistências observadas.

A autoavaliação tem lugar nos diferentes níveis de educação e ensino e a avaliação diagnóstica é uma prática verificada no início do primeiro período letivo. Não foram recolhidas evidências do recurso aos resultados da avaliação diagnóstica para a construção dos planos de trabalho das turmas. A sistematicidade da avaliação formativa, reguladora do processo de ensino e de aprendizagem, afigura-se igualmente como uma área a merecer a atenção dos profissionais, pela dificuldade em identificar com clareza as razões para algumas áreas de insucesso.

O Agrupamento faz um balanço positivo sobre a eficácia das medidas educativas implementadas, quer ao nível dos resultados académicos, especialmente no 6.º ano, quer na dimensão cívica.

A prevenção de situações de absentismo e abandono escolar, em particular dos alunos da comunidade cigana, tem sido uma aposta ganha com resultados graduais, alicerçada nas medidas adotadas no âmbito das ações de melhoria, num processo articulado com os professores titulares/diretores de turma, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Escola Segura e outras instâncias envolvidas.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo manifesta uma visão estratégica, visível na definição de objetivos e de metas a atingir, na identificação de áreas prioritárias de intervenção e de propostas de ação. Estas estão contextualizadas nos eixos de intervenção do plano plurianual de melhoria TEIP, visando a evolução global do Agrupamento e dos resultados dos alunos, em particular.

Estando disponível na página *web* e nas bibliotecas escolares, o projeto educativo carece de maior participação e envolvimento dos alunos e dos pais e encarregados de educação quer na sua elaboração, quer na consecução das estratégias de ação que nele estão plasmadas. Apesar disso, estão distribuídas *caixas* em locais estratégicos das escolas, nas quais os alunos podem deixar sugestões escritas sobre aspetos que consideram necessário melhorar no serviço educativo prestado.

Apesar de ter sido celebrado com a tutela um contrato de autonomia, este não foi entendido como um verdadeiro instrumento da autonomia, até porque não gerou a envolvimento da comunidade educativa, ficou sempre subalternizado ao programa TEIP e teve como única vantagem, reconhecida, a atribuição de alguns recursos humanos adicionais.

A direção é acessível e dialogante, o que fomenta a criação de um clima de trabalho aberto e integrador, com a mobilização e a responsabilização das diferentes lideranças e dos diferentes atores na determinação de estratégias e na realização de atividades de promoção da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem. Apesar de ter instituído medidas para estimular o trabalho colaborativo nas estruturas intermédias e entre os diversos atores, verifica-se que ainda não produziram o efeito desejado no cumprimento dos objetivos do Agrupamento, especialmente na melhoria generalizada dos resultados escolares.

O conselho geral tem uma atitude reflexiva, com impactos internos e externos, concretizados no seu envolvimento em diversas iniciativas locais.

Os protocolos e as parcerias celebrados com diferentes entidades, com destaque para a Câmara Municipal de Peso da Régua, a ARDAD, o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) Douro, a Microrrede TEIP Douro e o Museu do Douro, são fundamentais para o serviço educativo. Estes revelam ter impacto em diferentes domínios de intervenção do Agrupamento, nomeadamente na formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais e na transição para a vida pós-escolar dos alunos com planos individuais de transição, na realização de diversos projetos e atividades de caráter científico, cultural, artístico, desportivo, de solidariedade social e no reconhecimento do mérito académico dos alunos.

Em resultado de intervenções recentes nas suas instalações e da qualidade do equipamento das escolas e salas de aula, os espaços são agradáveis e evidenciam práticas de higiene e limpeza. Apresentam, globalmente, condições que poderão favorecer um ensino de qualidade, em função das distintas necessidades e interesses dos alunos.

GESTÃO

A gestão dos recursos humanos, materiais e dos espaços orienta-se por critérios pedagógicos, atendendo às necessidades educativas evidenciadas, às orientações curriculares e ao perfil do pessoal docente e não docente e suas competências específicas.

O plano de distribuição de serviço docente tem por princípio a continuidade das equipas pedagógicas nos grupos e nas turmas e o perfil de formação dos docentes. A distribuição de serviço dos trabalhadores não docentes é acordada com a direção, estando formalmente identificadas as funções e competências de cada trabalhador.

A constituição de turmas e a elaboração dos horários decorrem de critérios pedagógicos discutidos em reuniões com os representantes das duas associações de pais e encarregados de educação e aprovados em conselho pedagógico, designadamente a distribuição, equitativa, pelas diversas turmas dos alunos mais velhos e/ou com retenções.

Dando cumprimento ao seu plano de formação, o Agrupamento tem promovido a formação do pessoal docente e não docente, com vista à melhoria da qualidade do ensino. A parceria com a Microrrede TEIP Douro, que inclui os agrupamentos de escolas Diogo Cão e de Murça, tem-se concretizado em reuniões trimestrais de docentes que partilham boas práticas educativas, visando a reflexão e a troca de experiências pedagógicas. Através do Centro de Formação dos Agrupamentos de Escolas de Vila Real e de formadores internos, tem sido proporcionada formação creditada aos docentes, nomeadamente em linguagem gestual, em tecnologias de informação e comunicação e em primeiros socorros.

Os circuitos de informação e comunicação são globalmente eficazes, utilizando vários canais de comunicação interna e externa, como sejam a página *Web*, os blogues, o jornal *Perspetiva*, a revista *Pensar(es)* e o correio eletrónico para a troca de informação da direção com os docentes, não docentes e encarregados de educação.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

No ano letivo de 2015-2016 foi constituída a *Comissão de Avaliação Interna* (CAI), que integra representantes da direção, dos professores, do pessoal não docente, dos alunos e dos encarregados de educação. No âmbito da ação para a melhoria, concretamente dos resultados e das práticas profissionais, o Agrupamento celebrou um protocolo com a Faculdade de Psicologia e Ciências da

Educação da Universidade do Porto, para formação aos docentes da equipa de autoavaliação no quadro do modelo *Common Assessment Framework* (CAF).

Foi concebido um plano de ação para o presente ano letivo que prevê a aplicação de questionários de satisfação à comunidade educativa, o tratamento estatístico da avaliação interna e externa dos alunos, a análise e discussão de resultados e apresentação de relatório final sobre a execução do referido plano.

O anterior relatório da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Peso da Régua já tinha identificado pontos fortes e pontos fracos e especificamente a pouca abrangência e participação no processo de autoavaliação. Considerando a recente constituição da CAI, assim como a conceção do plano de melhoria, as ações entretanto levadas a cabo não obedeceram a um plano intencional e sistemático, constatando-se, assim, que o processo de autoavaliação é incipiente.

Refira-se que no âmbito do programa TEIP, sob a responsabilidade da direção, foi desenhado um Plano Plurianual de Melhoria, sendo produzidos relatórios semestrais de acompanhamento. Os procedimentos de recolha e tratamento dos resultados existentes e a respetiva análise têm como referência as metas do programa TEIP e os objetivos operacionais do contrato de autonomia. Este trabalho tem conduzido à implementação de estratégias com particular incidência nas disciplinas onde existe uma maior representação do insucesso – português e matemática - e nas disciplinas sujeitas a provas finais e exames nacionais.

Face à inexistência de um processo estruturado de autoavaliação, o trabalho desenvolvido ainda não foi de gerar impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais, no sentido da consolidação do progresso do Agrupamento.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- O envolvimento dos alunos em projetos nacionais e internacionais, o que potencia o seu desenvolvimento integral e o exercício de uma cidadania ativa.
- O reconhecimento e a satisfação evidenciados pela comunidade relativamente à ação educativa do Agrupamento, particularmente na inclusão dos alunos oriundos de meios socioeconómicos mais desfavorecidos.
- A contextualização do currículo a abertura ao meio, consubstanciadas no currículo através de conteúdos desenvolvidos com os grupos e as turmas, quer em sala de aula, quer em iniciativas do plano anual de atividades, com reflexos na promoção da qualidade educativa e na sustentabilidade social e ambiental.
- As respostas educativas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais, com destaque para o trabalho realizado com os alunos surdos, com repercussões no sucesso académico, na autonomia, na socialização e ainda na inserção na vida pós-escolar.
- O empenho da direção, que promove a criação de um clima de trabalho integrador, com a mobilização e responsabilização das diferentes estruturas de liderança.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A identificação dos fatores explicativos internos do (in)sucesso educativo, em ordem a adequar estratégias de superação das dificuldades inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem e a melhorar os resultados.
- A criação de mecanismos de monitorização do percurso dos alunos, após conclusão da escolaridade, de modo a aferir o impacto da ação educativa na qualificação e formação cívica dos alunos.
- A consolidação das práticas de diferenciação pedagógica, como resposta à diversidade das crianças e dos alunos, às suas capacidades e ritmos de aprendizagem, de modo a favorecer a melhoria dos resultados e a qualidade das aprendizagens.
- A observação da prática letiva em sala de atividades/aula, como forma de desenvolvimento profissional e de melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares.
- A implementação do processo de autoavaliação, potenciador de uma cultura de monitorização e de melhoria contínua, com impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.

09-05-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Carlos Ferreira, Carlos Miranda e Ilda Monteiro

Concordo.

À consideração do Senhor Inspetor-Geral da Educação e Ciência, para homologação.

A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área Territorial de Inspeção do Norte

Maria Madalena Moreira

2017-05-10

Homologo.

O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79, Série II, de 22 de abril de 2016